

## UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE MG NA ATENÇÃO A USUÁRIOS DE DROGAS: CONEXÕES ENTRE PRÁTICAS LOCAIS E POLÍTICAS DE SAÚDE

Ana Regina Machado (ESP/ MG)

### INTRODUÇÃO

A implantação de redes locais de atenção a usuários de drogas é um dos desafios atuais da Reforma Psiquiátrica Brasileira, dentro de sua proposição de reestruturação da rede de serviços de saúde mental. Tal desafio tem se apresentado em diferentes municípios, sobretudo a partir do ano 2003, quando o Ministério da Saúde estabeleceu a Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas e atribuiu ao Sistema Único de Saúde-SUS, a responsabilidade pela oferta de atenção à saúde a usuários de drogas. Esta Política rompe com concepções reducionistas do uso/dependência de drogas e com práticas assistenciais tradicionais, que privilegiam a internação. Propõe novas compreensões e princípios para nortear as práticas nesta área, sobretudo a partir de contribuições da experiência da Reforma Psiquiátrica Brasileira e dos programas de prevenção de AIDS. A proposta é ofertar a atenção em uma rede de serviços, não na perspectiva do combate às drogas, mas no desenvolvimento de ações que possam minimizar os danos a elas associados, produzir melhorias nas condições de saúde e possibilitar novas inserções sociais aos usuários. A abstinência deixa de ser a única finalidade ou meta das ações de saúde e objetivos intermediários passam a ser considerados.

Em Minas Gerais, as práticas de saúde, que começam a ser desenvolvidas sob estas novas orientações, têm apresentado diversas dificuldades. Entre estas, destacamos o despreparo alegado por trabalhadores da rede pública de saúde para acolher e prestar cuidados a usuários de drogas. Buscando favorecer a superação dessa dificuldade, a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais- ESP MG realizou, em 2010, uma ação de formação denominada *Oficina de Atenção a Usuários de Álcool e outras Drogas no SUS/ MG*, com objetivo de contribuir para a implantação, em nível local, de ações de

saúde norteadas pelas proposições gerais da política de saúde na área de drogas.

### **DESCRIÇÃO DA AÇÃO**

No início de 2010, a Coordenação Estadual de Saúde Mental - CESM da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais propôs à ESP MG a realização de uma ação de formação para subsidiar a implantação de ações de saúde a usuários de álcool e drogas em municípios mineiros. Para a elaboração desta ação, formou-se um grupo de trabalho constituído por técnicos da CESM, da ESP MG, de Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS AD e por redutores de danos. A ação proposta, nomeada *Oficina de Atenção a Usuários de Álcool e outras Drogas no SUS/ MG*, previa a problematização das práticas desenvolvidas, o alinhamento conceitual e a transmissão de conteúdos que pudessem subsidiar o desenvolvimento de ações, consonantes com os princípios e diretrizes do SUS, das atuais políticas de saúde mental e da política de saúde para usuários de drogas. A Oficina foi destinada a 50 trabalhadores de saúde, de diferentes serviços e níveis de formação, originários de 18 municípios mineiros de pequeno, médio e grande porte. A opção por trabalhar com um grupo heterogêneo foi feita para viabilizar a circulação de vários discursos e para iniciar uma prática de interlocução entre diferentes atores, imprescindível aos trabalhos em rede, como os propostos no campo da saúde mental. Dos mais de 200 municípios que participaram do processo seletivo, 18 foram selecionados. Foram considerados critérios para a seleção: a contemplação de municípios das 13 macrorregiões de saúde do Estado de Minas Gerais, o comprometimento dos profissionais e dos gestores com a implantação/implementação das ações de atenção para usuários de álcool e drogas, a constituição da equipe de cada município (foram privilegiadas equipes heterogêneas, constituídas por profissionais de diferentes níveis de atenção e de diferentes inserções – gestão e assistência). A ação foi realizada em seis módulos, constituídos por seis encontros presenciais mensais de 8 horas/aula e pelo desenvolvimento de trabalhos sob orientação de tutores. Os temas dos módulos foram: *Drogas e Cultura, Saúde Pública, Uso de Drogas e Redução de Danos, Abordagens na Atenção Primária, Abordagens nos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, Abordagens às*

*Crises, Articulações de Redes de Atenção em Saúde e de Redes Intersectoriais.* Entre um encontro e outro, os participantes, agrupados por municípios, desenvolveram trabalhos sob orientação de tutores que problematizavam as ações de saúde desenvolvidas nos municípios e apresentavam propostas de ações locais. Cada um dos encontros presenciais se dividiu em três momentos: aula expositiva, apresentação de experiências e apresentação dos trabalhos dos participantes. Em todos estes momentos, estimulava-se a participação e a troca de experiências.

## **RESULTADOS DA AÇÃO**

*A Oficina de Atenção a Usuários de Álcool e outras Drogas no SUS/MG* proporcionou a problematização das práticas desenvolvidas, a transmissão de conteúdos técnicos e políticos, o alinhamento de formas de trabalho e o desenvolvimento de práticas de saúde voltadas para usuários/dependentes de drogas consonantes com a atual política de saúde. Tais resultados puderam se constatados a partir dos trabalhos acompanhados por tutores e dos questionários de avaliação da Oficina. Foram fatores importantes para o alcance destes resultados: o conteúdo trabalhado, o formato da ação, o corpo de profissionais que propôs e realizou a Oficina, o comprometimento dos participantes e a necessidade de implantar, ampliar e qualificar as ações de saúde na área de álcool e drogas nos municípios mineiros.

## **CONCLUSÃO**

A descrição desta experiência buscou destacar a importância das ações de formação para alinhar as práticas de saúde locais com as proposições gerais das políticas de saúde mental e para superar os desafios que se apresentam no processo de Reforma Psiquiátrica Brasileira.

Na implantação de práticas de atenção a usuários de drogas, as ações de formação são especialmente importantes, pois podem contribuir para a implantação de práticas de saúde mais cidadãs e inclusivas, norteadas pela concepção de redução de danos e inseridas no processo de Reforma Psiquiátrica Brasileira.